

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.371 - PB (2018/0305482-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE NOVA FLORESTA**  
**ADVOGADOS** : **ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694**  
**RAFAEL LUCENA EVANGELISTA DE BRITO - PB014416**  
**HILDEBRANDO EVANGELISTA DE BRITO E OUTRO(S) -**  
**PB002655**  
**AGRAVADO** : **UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo Interno, interposto pelo MUNICÍPIO DE NOVA FLORESTA, contra decisão de minha lavra que, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheceu de seu Recurso Especial (fls. 268/272e).

Inconformada, sustenta a parte agravante que:

"Em julgamento realizado no dia 12.02.2019, a e. 2ª Turma do STJ, por unanimidade, sob a relatoria do Min. Og Fernandes, deu provimento ao REsp 1.777.160/PB (Município de Queimadas/PB) para condenar a União ao pagamento de honorários advocatícios, conforme ementa abaixo (divulgada na sessão de julgamento, mas ainda pendente de publicação):

**'PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONFIGURAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO.**

1. A fixação dos honorários advocatícios é devida mesmo em casos de extinção do processo sem resolução de mérito, mediante a verificação da sucumbência e a aplicação do princípio da causalidade.
2. No caso, as instâncias ordinárias definiram que a MP n. 753/2016 autorizou a inclusão, na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, do montante da multa prevista no art. 8º da Lei n. 13.254/2016. Decidiram, por isso, pela perda superveniente do interesse de agir, deixando de condenar a União pelo pagamento da verba advocatícia.
3. Se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo.
4. Recurso especial provido, devendo a verba advocatícia ser fixada em sede de liquidação, na forma do inciso II, § 4º, do

art. 85 do CPC/2015'.

Na ocasião, esta i. Ministra Relatora se manifestou explicando que havia decidido pela aplicação da Súm. 07/STJ em casos idênticos, mas que se fosse o caso da mesma situação registrada no acórdão recorrido, iria reanalisar os julgados.

Pois bem. O caso é exatamente o mesmo daquele tratado no REsp 1.777.160/PB (Município de Queimadas/PB), pois em ambos foi ajuizada ação ordinária pelo município em face da União Federal objetivando a inclusão da multa prevista no art. 8º, da Lei 13.254/2016, na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, ocorreu a perda superveniente de objeto por força da MP 753/2016, que reconheceu a pretensão autoral, e o Tribunal de origem afastou a condenação da União ao pagamento de honorários de sucumbência alegando que não há vencidos e vencedores e que esta não deu causa ao ajuizamento da ação, pois observou o princípio da legalidade.

Cumpra mencionar, ainda, a existência de outras 02 (duas) decisões já publicadas favoráveis à tese do presente recurso especial:

(...)

Diante disso, pleiteia a Agravante a reconsideração da decisão agravada, considerando os precedentes deste e. 2ª Turma e, ainda, os argumentos abaixo, que demonstram a não incidência dos óbices sumulares indicados na decisão agravada.

(...)

**(a) Da não incidência da Súmula 284/STF.**

Alega a decisão agravada que há deficiência na fundamentação do recurso especial (Súm. 284/STF), diante não ausência de oposição de embargos de declaração para justificar a alegação de violação ao art. 1.022, do CPC/15.

Contudo, o referido óbice se aplica quando a deficiência na fundamentação do recurso não permitir a exata compreensão da controvérsia, o que claramente não se verifica no caso em tela, pois o Agravante fez menção ao dispositivo apenas nas indicações dos dispositivos violados, sem fazer parte da fundamentação do recurso especial, tratando-se, assim, de evidente erro material.

Diante disso, trata-se claramente de hipótese, no máximo, de não conhecimento parcial do recurso especial no tocante à indicação de violação ao art. 1.022, do CPC/15, o que não impede a análise das demais razões recursais.

**(b) Da configuração do prequestionamento implícito.**

A decisão agravada alega que 'o Tribunal de origem não se manifestou acerca do teor dos artigos 85, §3º, II, §6º, §11, 1.029, I, do CPC/2015, 1º, parágrafo único, da LC 62/89, 22 e 24, §3º, da Lei 8.906/94'. Porém, o que se verifica é que houve expressa menção ao

art. 84, parágrafos 3º e 6º, do CPC/15 1 , e a ocorrência de prequestionamento implícito dos demais dispositivos, uma vez que o Tribunal de origem analisou as matérias ao decidir pela ausência de condenação da Agravada ao pagamento de honorários de sucumbência com fundamento na alegação de inexistência de autorização legislativa para a Agravada atender à pretensão do Agravante, afastando os princípios da sucumbência e da causalidade. Outrossim, ainda que se entenda pela ausência de prequestionamento dos dispositivos acima, o que se admite a título de argumentação, a alegação de violação ao art. 85, parágrafo 10, do CPC/15, - expressamente prequestionadoe não mencionado pela decisão agravada nesse tópico - é suficiente a ensejar o conhecimento e provimento do recurso especial.

**(c) Da não incidência da Súmula 283/STF.**

Afirmou ainda a decisão agravada que 'o recorrente não infirmou, de forma específica, o fundamento suficiente, utilizado pelo Tribunal de origem, no sentido de que 'não há azo para aplicação da causalidade diante da inexistência, no caso, de sucumbência' (...) e concluiu pela incidência da Súm. 283/STF. Contudo, com a devida vênia, tal alegação merece ser corrigida.

Isso porque, a Agravante alegou no recurso especial, entre outras coisas, que ao lado do princípio da sucumbência existe o princípio da causalidade, devendo ser aplicado o art. 85, § 10, do CPC/15, e no caso em tela a Agravada deu causa ao ajuizamento da ação (e-STJ fl. 238).

O que se verifica no caso em tela é que o v. acórdão afastou a aplicação do princípio da causalidade e do art. 85, parágrafo 10, do CPC/15, e o Agravante traz no recurso especial fundamentos que justificam a aplicação do referido dispositivo, o que jamais pode ser confundido com ausência de impugnação.

Resta demonstrada, assim, a não incidência da Súmula 283/STF, passando o Agravante a expor as razões que justificam a não aplicação da Súmula 07/STJ e o provimento do recurso especial.

**(d) Da não incidência da Súmula 07/STJ.**

Inicialmente, cumpre destacar de forma resumida as violações apontadas pelo Agravante no mérito do recurso especial:

(i) art. 85, parágrafos 3º, inciso II, 6º, 10º e 11, do CPC/15: Alegou o Agravante que, de acordo com o NCPC, quando houver perda de objeto da ação, sem vencido ou vencedor, os honorários de sucumbência serão pagos por quem deu causa ao ajuizamento da ação (*in casu*, a União Federal).

(ii) arts. 22 e 24, parágrafo 3º, da Lei Federal 8.906/94: Como consequência dos dispositivos anteriores, ao afastar os honorários de sucumbência assegurados pelo Estatuto da OAB, o acórdão negou vigência aos arts. 22 e 2, parágrafo 3º, da Lei Federal 8.906/94.

(iii) art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar 62/89: Aduziu o Agravante que o v. acórdão recorrido, ao decidir pela ausência de lei que contemplasse o pleito do de receber parte dos recursos oriundos da multa da repatriação, de forma a concluiu que a Agravada não deu causa ao ajuizamento da ação, ignorou que existiam no ordenamento pátrio regras legais que vinculam o repasse da arrecadação daquela multa aos Estados e Municípios via FPE e FPM, e incorreu em violação ao art. 1º, parágrafo único, da LC 62/89.

Verifica-se, assim, que a questão está centrada na possibilidade ou não de condenar a Agravada ao pagamento de honorários de sucumbência por força da sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito em razão da perda de objeto, buscando a Agravante a reforma do v. acórdão que afastou a condenação em honorários imposta pela sentença.

A decisão agravada aduziu que a análise acerca da aplicação do princípio da causalidade atrai o óbice da Súmula 7/STJ. Todavia, tal conclusão não merece prosperar, como se passa a demonstrar.

O art. 85, parágrafo 10, do CPC/15, vigente à época do ajuizamento da ação, dispõe que 'nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo'. Assim, mostra-se impositiva a fixação de honorários de sucumbência por força do princípio da causalidade. É da própria lei que prevê a condenação no caso de perda de objeto.

Nessa linha, afasta-se claramente o fundamento do acórdão recorrido de que 'não houve sucumbência, não havendo vencedores e vencidos', pois a fixação dos honorários de sucumbência poderá se pautar no princípio da sucumbência ou, como se verifica no presente caso, no princípio da causalidade, que independe de haver ou não vencidos e vencedores.

No caso em tela, a ação foi ajuizada pelo fato de a Agravada não computar na base de cálculo do FPM os recursos inerentes à multa de 15% sobre os valores repatriados, o que causava lesão à Agravante, e a pretensão exarada estava em consonância com entendimento do e. STF.

Assim, é inegável que a resistência da Agravada deu causa ao ajuizamento da ação e a posterior edição da MP 753/2016 reconheceu o acerto da pretensão do Agravante e de outros Municípios.

Para chegar a essa conclusão, não há necessidade de examinar matéria fático-probatória, basta verificar que, se a medida superveniente reconheceu a legítima pretensão da Agravante, a Agravada foi a causadora do ajuizamento da ação, pois se tivesse ocorrido o repasse das verbas por esta, seria desnecessária a demanda judicial.

Assim, ressalte-se mais uma vez, foi necessário o ajuizamento da ação pelo Agravante e, conseqüentemente, deve a parte ré responder pelos ônus sucumbenciais na hipótese de extinção do feito por perda de objeto, com fundamento no art. 85, parágrafo 10, do CPC/15.

Portanto, o fato de não haver, à época do ajuizamento da ação, previsão expressa na Lei 13.254/16 acerca da inclusão da multa no montante a ser distribuído ao FPM, claramente não afasta o ônus sucumbencial da Agravada, como concluiu o acórdão recorrido" (fls. 282/288e).

Requer, ao final, o provimento do Agravo interno.

A parte agravada apresentou Impugnação (fls. 296/301e), requerendo o desprovimento do Agravo interno.

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pela parte agravante, reconsidero, em parte, a decisão de fls. 371/375e, para afastar os óbices das Súmulas 283/STF e 7/STJ.

Na origem, trata-se de apelação interposta pelo MUNICÍPIO DE NOVA FLORESTA contra sentença que julgou extinta, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC/2015, ação ordinária visando à inclusão da multa instituída no art. 8º da Lei 13.254/2016 na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O acórdão recorrido, acerca da controvérsia, concluiu que:

"De acordo com o princípio da causalidade, quem deu causa à propositura da demanda ou à instauração de incidente processual deve responder pelas despesas daí decorrentes.

Não se chegando a apreciar o mérito da causa, para aplicar-se o princípio da causalidade na condenação da verba honorária acrescida de custas e demais despesas do processo, deve o julgador valer-se do raciocínio de indagar quem perderia a demanda se a ação fosse julgada pelo mérito.

Quando a extinção do processo, caso em exame, se der pelo exaurimento superveniente de uma das condições para o exercício do direito de ação, a exemplo do interesse processual, não se pode aferir, categoricamente, qual das partes foi sucumbente, afastando-se a regra prevista no Código de Processo Civil.

Ademais, o simples fato de ter havido resistência à pretensão, fato jurídico que dá ensejo à instauração da lide, não permite a aplicação do princípio da causalidade para distribuição dos ônus de sucumbência.

No caso, ao resistir a pretensão, a parte ré o fez sob os auspícios de uma legislação que tornava legítimo o seu direito, não havia o comando legislativo de permitir a inclusão, na base de cálculo do

FPM, do montante da multa cobrada no âmbito do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), direito que só foi deferido mercê do advento da Medida Provisória 753/16, que acrescentou o § 3º ao art. 8º, da Lei 13.254/16.

(...)

Portanto, não há azo para aplicação da causalidade diante da inexistência, no caso, de sucumbência pelo que deve ser afastada a condenação em honorários advocatícios" (fls. 211/213e).

Ocorre que esta Corte já se manifestou no sentido de que a extinção do processo sem resolução do mérito, em decorrência da perda superveniente do objeto da ação, não exime a parte que deu causa ao ajuizamento da demanda da condenação em honorários advocatícios. Nesse sentido:

**"PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONFIGURAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO.**

1. A fixação dos honorários advocatícios é devida mesmo em casos de extinção do processo sem resolução do mérito, mediante a verificação da sucumbência e aplicação do princípio da causalidade.

2. No caso, as instâncias ordinárias definiram que a MP n. 753/2016 autorizou a inclusão, na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, do montante da multa prevista no art. 8º da Lei n. 13.254/2016. Decidiram, por isso, pela perda superveniente do interesse de agir, deixando de condenar a União ao pagamento da verba advocatícia.

3. Se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo.

4. Recurso especial provido, devendo a verba advocatícia ser fixada em sede de liquidação, na forma do inciso II, § 4º, do art. 85 do CPC/2015" (STJ, REsp 1.777.160/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/03/2019).

No caso dos autos, conforme asseverado na sentença, a MP 753/2016 autorizou a inclusão da multa prevista no art. 8º da Lei 13.254/2016 na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, restando atendida a pretensão da parte autora, até então resistida, por ato superveniente da União, que deverá arcar com os ônus sucumbenciais, diante do princípio da causalidade.

Em igual sentido, as seguintes decisões monocráticas, em situações

análogas: STJ, REsp 1.779.745/AL, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 11/02/2019; STJ, REsp 1.736.946/PB, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 05/02/2019; STJ, REsp 1.721.493/PB, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 18/12/2018.

Ante o exposto, **reconsidero**, em parte, a decisão de fls. 268/272e. Com fundamento no art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, **conheço parcialmente do Recurso Especial e, nessa parte, dou-lhe provimento**, devendo a verba honorária ser fixada em sede de liquidação, nos termos do art. 85, § 4º, II, do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

